



Este artigo está licenciado sob forma de uma licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional, que permite uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que a publicação original seja corretamente citada. http://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR

 <http://doi.org/10.15448/1677-9509.2019.2.35948>

SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL E EM CUBA

Tendências atuais no ensino dos Fundamentos do Serviço Social

Current Trends in Teaching Social Work Fundamentals

MARILEIA GOIN 

Universidade de Brasília (UnB), Brasília, DF, Brasil.



RESUMO – O artigo, fruto da pesquisa de pós-doutoramento, analisa o ensino dos Fundamentos do Serviço Social, considerando as tendências atuais relativas à formação em nível brasileiro e as expressas na operacionalidade formativa no âmbito das Unidades de Formação Acadêmica. Trata-se de pesquisa documental, realizada nos Projetos Pedagógicos dos Cursos selecionados das Regiões Sul, Sudeste e Centro Oeste. A definição da amostra deu-se a partir da demarcação da instituição presencial mais antiga em cada região, com trajetória consolidada no âmbito da graduação e da pós-graduação. Os resultados apontam que apesar de a formação presencial em Serviço Social dar-se, tendencialmente, em instituições de natureza privada e concentrada na Região Sudeste do Brasil, percebe-se que o ensino dos Fundamentos se assentam no caráter dialético e ontológico, próprios do cariz marxiano, com notórios esforços de abandono da concepção tricotômica entre história, teoria e método.

Palavras-chave: Fundamentos. Serviço Social. Projetos Pedagógicos.

ABSTRACT – The article, the result of postdoctoral research, analyzes the teaching of the Fundamentals of Social Work, considering the current trends related to training at the Brazilian level and those expressed in the formative operability within the Academic Training Units. This is a documentary research carried out in the Pedagogical Projects of the selected Courses of the South, Southeast and Midwest. The definition of the sample was based on the demarcation of the oldest presential institution in each region, with a consolidated trajectory in the graduate and postgraduate levels. The results indicate that although the presential formation in Social Work tends to occur in private institutions and concentrated in the Southeast of Brazil, it is clear that the teaching of the Fundamentals is based on the dialectical and ontological character, characteristic of the nature of marxist, with notorious efforts to abandon the trichotomous conception of history, theory, and method.

Keywords: Fundamentals. Social Work. Pedagogical Projects.

Há quase quatro décadas o Serviço Social vem constituindo insurgência ao lugar que historicamente lhe fora atribuído na realidade brasileira – a sociedade está marcada pela herança escravista, patrimonialista, patriarcal, machista e conservadora –, ao fundar um amplo movimento ideológico-político profissional, cujas bases se assentam na aproximação fiel com a teoria de cariz marxiano. Todavia, são os vetores conjunturais dos anos 1990 que potencializam a incursão e a robustez da incorporação teórico-metodológica, cuja difusão teórica, com lealdade, evidencia-se nos instrumentos ético-jurídicos – a exemplo do Código de Ética – e formativos – Diretrizes Curriculares –, os quais enfeixam um conjunto de mudanças, cujo ponto de partida está na apreensão da própria profissão e nas bases que a assentam e legitimam historicamente e socialmente.

Elementarmente, é a partir da revisão curricular de 1996 que os Fundamentos do Serviço Social ganham novo tônus. Com a substituição das disciplinas voltadas para a *História do Serviço Social, Teoria do Serviço Social e Metodologia do Serviço Social*, matriz disposta no currículo aprovado pelo MEC em 1982, na medida em que as dimensões históricas, teóricas e metodológicas tornam-se orgânicas e imanentes, diluídas no conjunto de atividades pedagógicas no decurso da formação profissional.

A nova lógica curricular toma a indissociabilidade entre história, teoria e realidade como eixo articulador da proposta – cujo método é indispensável para seu processo de desocultamento –, de modo a romper com a endogenia presente no passado profissional – olhar o Serviço Social nele e por ele mesmo – e possibilitar defrontá-la com os processos sociais, de modo a retornar à profissão como produto e produtora desses processos, no intento de reconstruí-la em suas múltiplas determinações, como concreto pensado.

Nessa via, as diretrizes traduzem a concepção adotada no âmbito de três Núcleos de Fundamentos – Núcleo de Fundamentos Teórico-Metodológico da vida social¹, Núcleo de Fundamentos da Formação Sócio-Histórica da Sociedade Brasileira² e Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional³ – os quais articulam um conjunto de conhecimentos elementares à formação e ao trabalho profissional. Não se tratam de eixos hierarquizados, classificatórios e autônomos, mas interdependentes e indissociáveis, que expressam níveis diferenciados e complementares de abstração para decifrar a profissão na dinâmica societária e ancoram os Fundamentos do Serviço Social. Aliás, é na articulação que a sua apreensão se torna possível.

Busca-se, nessa acepção, superar o enquadramento em disciplinas isoladas e prover de dinamicidade os conteúdos, de modo que os componentes curriculares estabeleçam interface e diálogo entre os enunciados núcleos. Exigência teórica e desafio político, o novo trato dado ao eixo História, Teoria e Método no Serviço Social constitui os três núcleos e por ele é constituído, em sua relação dialética, pois como demarca Iamamoto (2014), situar o Serviço Social na história é distinto da história do Serviço Social.

Parte do pressuposto de que a história da sociedade é o terreno privilegiado para apreensão das particularidades do Serviço Social: do seu modo de atuar e de pensar incorporados ao longo de seu desenvolvimento. Sendo a profissão um produto sócio-histórico, adquire sentido e inteligibilidade na dinâmica societária da qual é parte e expressão. Decifrar essa especialização do trabalho supõe, nesse sentido, elucidar os processos sociais que geram a sua necessidade social, o significado de suas ações no campo das relações de poder econômico e político – das relações entre as classes e destas com o Estado –, assim como a inscrição do Serviço Social no debate teórico e cultural de seu tempo. Portanto, situar o Serviço Social na história é distinto de uma história do Serviço Social reduzida aos muros da profissão, que tende a erigir o discurso dos profissionais como achados conclusivos da pesquisa. Esses, ao contrário, são materiais a serem submetidos ao crivo da crítica teórico-metodológica, redimensionando o seu significado no jogo das forças sociais (IAMAMOTO, 2014, p. 621-622, grifos da autora).

Nessa esteira, o pressuposto do significado sócio-histórico e ideológico-político da profissão reside no âmbito da sua particularidade como especialização do trabalho coletivo, inscrito na divisão social e técnica do trabalho, organicamente vinculada às expressões da “questão social”, sejam elas conjunturais ou estruturais. A profissão só pode ser entendida, assim, no movimento histórico da sociedade, no processo de reprodução das relações sociais, o qual não se trata apenas de reprodução material no seu sentido

amplo, englobando produção, consumo, distribuição e troca de mercadorias (IAMAMOTO, 2008), mas da reprodução da totalidade da vida social, de determinado modo de vida, de valores, de práticas culturais e políticas, que permeiam as formas de consciência social por meio das quais o homem se posiciona na trama das relações em sociedade (YAZBEK, 2009).

A superação de vieses mecanicistas e historicistas tem proeminência nessa abordagem ao passo que remete a um “[...] debate teórico-metodológico que permita pensar a profissão no seu processo de constituição e desenvolvimento, as exigências frente às transformações sócio-históricas, bem como a vinculação do projeto profissional aos diferentes projetos societários em disputa” (SIMIONATTO, 2004, p. 33).

Desse modo, o entendimento dos Fundamentos do Serviço Social ultrapassa a noção formalista de matéria curricular – os conhecidos Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social – para situá-los na totalidade histórica, a partir dos

elementos que (a) alicerçam e assentam as bases da formação e do trabalho profissional ao longo de sua trajetória sócio-histórica e (b) conferem configuração particular à profissão em face da processual e orgânica relação com a realidade, interpondo-lhe a necessária apropriação das matrizes do conhecimento do social e do movimento da sociedade para prover de direção social e política o trabalho profissional, seja por viés conservador, seja emancipatório (GOIN, 2019, p. 31).

Os referidos elementos ultrapassam a análise do Serviço Social como evolução da caridade e da ajuda, evitando pensar nele e por ele mesmo, para assentar suas bases no contexto do contraditório, do dinâmico e do diverso das relações sociais, as quais lhe atribuem configurações particulares. E, para isso, seja em termos do seu significado social, em termos de suas atribuições, competências, atitudes (investigativa, propositiva, ética e democrática) ou ainda respostas profissionais que a sociedade e o Estado constroem face às múltiplas manifestações e dimensões de seu objeto de trabalho. Assim, são fundantes dessa abordagem “a concepção de profissão no movimento histórico da sociedade capitalista; a questão social e suas expressões e configurações como âmbito privilegiado do exercício profissional; e o trabalho como categoria fundante para analisar o exercício do Serviço Social na sociedade capitalista” (YAZBEK, 2018, p. 48).

É nessa ótica que se propõe analisar o ensino dos Fundamentos do Serviço Social no bojo de três regiões brasileiras⁴ – Sul, Sudeste e Centro Oeste –, tendo como ponto de partida os Projetos Pedagógicos de três universidades⁵ que se destacam na formação graduada e pós-graduada em termos sócio-históricos e teórico-políticos em âmbito profissional. Oriunda do projeto de pós-doutoramento⁶ realizado na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP), a intencionalidade reside na apreensão da lógica que ancora o ensino dos Fundamentos, de modo a identificar se ainda encontram-se presentes resquícios advindos da divisibilidade dos conteúdos ou se prevalece a articulação entre o conjunto de conhecimentos indissociáveis (história, teoria e método) à formação e ao trabalho profissional.

1 O ensino dos Fundamentos do Serviço Social nos Projetos Pedagógicos dos Cursos

Debruçar-se no estudo do ensino dos Fundamentos do Serviço Social é tarefa improtelável e politicamente necessária no tempo presente, em face dos desafios inscritos na história recente da sociedade brasileira, especialmente no avanço do contramovimento exercido às teorias sociais.⁷ O conhecido pensamento pós-moderno, que toma corpo a partir dos anos 1990 com a crise dos paradigmas, com a crise dos modelos explicativos, penetra, sobretudo, nas Ciências Sociais – mesmo período que a perspectiva marxista ganha tónus no Serviço Social brasileiro.

Esse pensamento não só critica os avanços da modernidade, afirmando que a razão é instrumento de repressão, como “cria um universo descentrado, fragmentado, relativo e fugaz” (YAZBEK, 2018, p. 76), e pressupõe a restauração do passado, do tradicionalismo, do irracionalismo. Daí advém a intolerância, a ausência do diálogo entre os diferentes, a defesa de posições conservadoras, a discriminação, dentre outros, que ferem diretamente a valoração ética disposta no Código de Ética Profissional de 1993.

Apesar das características historicamente produzidas pela ausência de referentes histórico-estruturais – o que quer dizer que não são oriundas do tempo presente –, a proeminência está em como o avanço desse tipo de pensamento incide no âmbito da profissão, tendo em vista o aparato político imerso nas Diretrizes Curriculares de 1996 e a acelerada ampliação do número de cursos de Serviço Social no Brasil a partir dos anos 1990.

Informações da Sinopse Estatística da Educação Superior Brasileira (INEP, 2018), do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), evidenciam que, dos quatrocentos e dezoito (418) cursos de Serviço Social ofertados na modalidade presencial – vale lembrar que se somam a esse número 33 na modalidade à distância⁸, que totalizam 451 cursos no Brasil –, apenas 17% são públicos, ao passo que trezentos e quarenta e sete (347) são privados, cujo percentual perpassa os 83%. Assim, a *primeira tendência* evidenciada é a formação majoritariamente privada, conforme demonstrado no **Quadro 1**.

Quadro 1 – Cursos presenciais de Serviço Social no Brasil, conforme natureza (público ou privado)

Estado	Nº de cursos	Público	Privado
Acre	2	0	2
Alagoas	9	2	7
Amapá	1	0	1
Amazonas	10	2	8
Bahia	35	2	33
Ceará	20	2	18
Distrito Federal	9	2	7
Espírito Santo	6	1	5
Goiás	4	1	3
Maranhão	14	1	13
Mato Grosso	6	1	5
Mato Grosso do Sul	6	0	6
Minas Gerais	40	12	28
Pará	12	2	10
Paraíba	10	3	7
Paraná	29	11	18
Pernambuco	16	4	12
Piauí	15	1	14
Rio de Janeiro	42	7	35
Rio Grande do Norte	13	2	11
Rio Grande do Sul	18	3	15
Rondônia	4	0	4
Roraima	2	1	1
Santa Catarina	7	2	5
São Paulo	76	6	70
Sergipe	8	1	7
Tocantins	4	2	2
Total	418	71	347

Fonte: Sistematização das autoras a partir de INEP (2018).

No **Quadro 1**, chama atenção, de um lado, a inexistência de cursos de Serviço Social públicos presenciais em 4 das 27 unidades federativas do Brasil⁹, das quais 3 se encontram na Região Norte e uma na Região Centro Oeste (Acre, Amapá, Mato Grosso do Sul e Rondônia) – o que significa a ausência de cursos públicos presenciais de Serviço Social em aproximadamente 15% das regiões Brasil –, e, de outro, o

registro de apenas um curso público em outros 7 estados (Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Piauí, Roraima e Sergipe), em que apenas a Região Sul não se encontra indicada.

Outro destaque é relativo ao estado de Roraima, ao passo que tem 50% da oferta de natureza privada e 50% de natureza pública, único estado a apresentar tal característica formativa no âmbito do Serviço Social. Apesar da equivalência numérica dos cursos em relação à natureza institucional, a divergência se encontra no número de matrículas: enquanto a universidade pública registrou 99 matrículas no ano de 2017, a privada registrou 1.268 no mesmo período (INEP, 2018) Isso demonstra que 93% das matrículas na graduação em Serviço Social no estado são privadas, equivalendo a 1.110% a mais de matrículas na instituição privada que na pública.

O estado de São Paulo, diferentemente da realidade roraimense, oferta sozinho, 17% dos cursos brasileiros, sendo 92% em instituições privadas. Tal percentual se eleva ainda mais se considerado o número de matrículas, ao passo que 21.069 estão nessas instituições privadas, percentual que equivale a 96% do total de 22.008 matrículas no estado. Por outro lado, os 8% restantes (públicos) são responsáveis por apenas 4% de discentes matriculados/as no curso. A configuração expressa no estado indicado é relativa à sua região, uma vez que a Sudeste concentra, sozinha, 40% da formação brasileira (INEP, 2018) – a *segunda tendência* da formação profissional em Serviço Social no tempo hodierno é a concentração na Região Sudeste.

Das 153.548 matrículas registradas, no Brasil, no total dos 451 cursos (presencial e à distância), 135.801 (89%) são em instituições privadas e apenas 17.747 (11%) em instituições públicas, o que equivale a uma diferença percentual de 600% entre a segunda e a primeira. Em relação ao número de concluintes, esse distanciamento não se reduz, aliás, se eleva, mesmo que minimamente, uma vez que dos/as 27.971 concluintes, apenas 9,8% (2.753) são oriundos/as de instituições públicas, enquanto 90,2% (25.218) são de privadas e, dentre esses, aproximadamente 54% estão na modalidade à distância e 46% na presencial. A *terceira tendência* revelada é a quase equiparação numérica entre os/as concluintes da modalidade presencial e à distância, indicador que intensifica o debate acerca do perfil que se está formando nas duas modalidades e em que medida essa formação dialoga com as Diretrizes da ABEPSS.

Na ótica do número de concluintes, informações das entidades representativas da categoria indicam que se, em 2007, o montante de profissionais Assistentes Sociais contornava os 70.000 no Brasil, a partir da Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) e do fomento à formação na modalidade à distância, conforme previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), a ampliação da oferta de vagas ao curso de Serviço Social, na modalidade presencial e à distância, o número dobrou num lastro de sete anos, chegando a 145.000 Assistentes Sociais em 2014, e a 182.000, em 2018 (GOIN, 2019). Em termos percentuais, entre 2007 e 2018, o número de Assistentes Sociais no Brasil aumentou em torno de 160%, que o coloca em segundo lugar no *ranking* mundial.

É evidente que a profissão multiplicou o contingente profissional a partir da virada do Século – e porque não dizer na última década –, mas ao revés, os insuficientes monitoramentos de como as diretrizes curriculares perpassam o bojo desse universo de cursos deixam em suspenso as abordagens que estão ancorando os Fundamentos do Serviço Social. Evidencia-se uma categoria cada vez mais heterogênea, exposta a inúmeras concepções de profissão, de formação, de entendimento acerca das particularidades profissionais, de objeto profissional, de direcionamento profissional e, quiçá, de seu significado social no âmbito da divisão social e técnica do trabalho. Para tanto, é preciso lembrar das tendências ao Coaching Social, ao empreendedorismo social, à responsabilidade social e recentemente ao *Design Thinking* no Serviço Social¹⁰.

Em pesquisa realizada pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), em 2006, quatro tendências foram apontadas quanto às formas de organização e concepção da matéria “Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social”: (1) Tendência de tratamento dos conteúdos das matérias perpassando os diferentes núcleos que estruturam as novas diretrizes, sendo que a visão dos Fundamentos do Serviço Social ultrapassa a própria profissão e a sua particularidade, ao ser articulada ao movimento totalizante da sociedade; (2) Tendência de tratamento dos conteúdos em componentes curriculares agrupados como “Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social”, numa perspectiva fragmentária, sem (a) perpassar os diferentes núcleos de fundamentos e

(b) garantir unidade no trato entre história, teoria e método; (3) Tendência de tratamento do eixo história, teoria e método de forma dicotômica e reducionista acerca da concepção dos Fundamentos do Serviço Social, em que seus conteúdos são organizados e tratados de forma isolada; e (4) Tendência de tratamento do eixo história, teoria e método no âmbito da própria profissão, com eixo articulador por período e não por núcleos de fundamentos, mantendo a visão reducionista quanto aos Fundamentos do Serviço Social (CARDOSO, 2007).

Nos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs) relativos às UFAs pesquisadas¹¹ – projetos que também são políticos ao indicar a direção e a intencionalidade explicitamente definida – o ensino dos Fundamentos do Serviço Social dialoga com a primeira tendência apontada por Cardoso (2007). Todavia, apesar da diversidade curricular, a lógica estruturante dos currículos pressupõem, como aponta a UFA 2 (2008), a não fragmentação na apreensão dos processos, a partir da contextualização e da articulação do pensamento dominante e suas formas de materialização, assim como a não dicotomização da relação necessária entre os três núcleos.

Os PPCs, nessa via, estão sintonizados “com os aspectos socioculturais, abarcando a criação e recriação de saberes, consoante ao quadro sócio-histórico que atravessa e conforma o cotidiano do exercício profissional do assistente social, afetando suas condições e relações de trabalho” (UFA 1, 2011, p. 14). Assim, sendo o fundamento da formação profissional a realidade social,

a apreensão da sociedade brasileira é tida como base para a definição das diretrizes fundamentais da formação que se explicitam na direção social do curso. Tal direção social se define com base nas demandas postas pelo movimento da sociedade, visando à articulação efetiva de um projeto social das classes subalternas em suas relações com as forças dominantes, o que implica a consolidação de uma legitimidade da profissão junto àquelas classes, bem como o compromisso real e efetivo com os interesses coletivos e históricos da classe trabalhadora na construção de uma nova hegemonia na relação entre as classes sociais” (UFA 3, 2009, p. 13).

O perfil do/a profissional de Serviço Social expressa (a) a apreensão crítica do processo sócio-histórico como totalidade; (b) as particularidades do Serviço Social no bojo de desenvolvimento do capitalismo, em sua formação histórica e em seus processos sociais contemporâneas que configuram a sociedade brasileira; (c) a apreensão teórica enquanto fundamento para o desvelamento da realidade social e a constituição de mediações no âmbito das condições concretas de realização do trabalho profissional; e (d) a clareza de que a dimensão técnico-operativa não se trata da aplicação da teoria e tampouco prescinde das dimensões teórico-metodológica e ético-política, pois tem na teoria os subsídios para a apreensão da dinâmica social por meio da investigação e, a partir disso, por meio do seu caráter ético e político, articula respostas às situações singulares com as quais se defronta (UFA 1, 2011).

Um profissional culturalmente versado e politicamente atento ao tempo histórico, ao não-dito, supõe diálogo com as fontes inspiradoras do conhecimento para (a) decifrar as bases sócio-históricas e os determinantes da sociedade de classes; e (b) elucidar as tendências presentes no movimento da realidade, ao entender as manifestações particulares no campo em que incide a intervenção, no intento de não reificar o saber fazer, subordinando-o ao direcionamento do fazer e recusando espontaneísmos, voluntarismos e determinismos profissionais (IAMAMOTO, 2007). A hegemonia não é dada para sempre. É preciso consolidá-la. Portanto, constituir mediações políticas, teóricas, culturais e técnicas é imprescindível para articular o projeto profissional à conjuntura, de modo particular às reais condições do trabalho profissional (UFA 3, 2009).

As expressões do alinhamento com as Diretrizes e, especificamente, com o compromisso teórico-político assumido com o que se constitui como Fundamentos do Serviço Social, abaixo se encontra sistematizado no Quadro 2, em termos de disciplinas obrigatórias ofertadas pelos cursos pesquisados, o qual dá a tônica concreta do modo como pedagogicamente fazem interface na formação profissional.

Quadro 2 – Sistematização das disciplinas obrigatórias nominadas nos Projetos Pedagógicos das Unidades de Formação Acadêmica

Disciplinas Obrigatórias	UFA 1 Centro Oeste	UFA 2 Sul	UFA 3 Sudeste
Introdução ao Serviço Social	01	–	–
Introdução a Sociologia	01	–	–
Introdução a Filosofia/Fundamentos Filosóficos para o Serviço Social	01	–	02
Introdução a Antropologia	01	–	–
Introdução ao Pensamento Teológico/Cultura Religiosa	–	01	02
Introdução aos Direitos Sociais e Políticas Sociais	–	01	–
Introdução a Psicologia/ Psicologia Social	01	–	01
Construção Social do Sujeito	–	01	–
Realidade Social e questões contemporâneas	–	01	–
Análise da Conjuntura Socioeconômica	–	01	–
Teorias explicativas da realidade e o Serviço Social	–	01	–
Questão Social e Serviço Social/Trabalho e Questão Social	01	01	02
Trabalho e Sociabilidade	01	–	– ¹²
Movimentos Sociais/Classes e Movimentos Sociais/Laboratório de Práticas Coletivas e Movimentos Sociais	01	01	01
Economia Política e Capitalismo/Configurações da Sociedade Capitalista	01	01	–
Teoria Sociológica	01	–	02
Teoria Política	–	–	01
Construção da Identidade do Assistente Social	–	01	–
Fundamentos Históricos e Técnico-Metodológicos do Serviço Social	03	–	04
Oficina de Formação Profissional/ Laboratório de Formação Profissional	–	01	04
Fundamentos Éticos/ Ética Profissional/ Ética e Cidadania	01	02	01
Projetos Societários e Profissão	–	–	01
Serviço Social e Projeto Ético-Político	–	01	–
Laboratório de Processos Analíticos da Realidade	–	01	–
Oficina de Trabalho Profissional/ Laboratório de Processos Interventivos do Serviço Social/ Processos Interventivos com Sujeitos Coletivos/ Processos Interventivos com Famílias	–	03	04
Gestão e Planejamento do Trabalho Profissional	–	01	–
Introdução aos Processos de Trabalho do Assistente Social ¹³ /Processo de Trabalho e Serviço Social/ Laboratório de Processos de Trabalho do Assistente Social ¹⁴	02	02	–
Investigação em Serviço Social	–	–	01
Pesquisa Social/ Métodos e Técnicas quantitativos e qualitativos em Pesquisa Social/Teoria de Pesquisa Social e Elaboração de Projetos/Tratamento e Análise dos dados em Pesquisa	03	02	–
Direito e Legislação Social	–	–	01
Política Social/ Política Social e sistema de proteção social	01	01	02
Seguridade Social – assistência social/Política e Sistema Único de Assistência Social	01	01	–
Seguridade Social – previdência/ Política de Previdência Social	01	01	–
Seguridade Social – saúde/Saúde coletiva e Sistema Único de Saúde	01	01	–
Política Habitacional	–	01	–
Pobreza e Identidades Subalternizadas	–	01	–
Planejamento, Administração e Gestão Social/Gestão Social/Gestão Social e Terceiro Setor	01	01	02
Orçamentos e Fundos Públicos	–	01	–
Avaliação Social e Construção de Indicadores	–	01	–
Assessoria, Consultoria e Supervisão	–	01	–
Empreendedorismo e Responsabilidade Social	–	01	–
Preservação Socioambiental e Processos Societários	–	01	–
Núcleo Temático	–	–	04
Estágio	02	03	04
PTCC/TCC/Seminário TCC	02	01	03

Fonte: Sistematização realizada pelas autoras a partir dos Projetos Pedagógicos das Unidades de Formação Acadêmica 1, 2 e 3.

O **Quadro 2** explicita o registro de 45 disciplinas obrigatórias ofertadas pelas 3 UFAs¹⁵, as quais evidenciam a permissiva flexibilização na oferta dos conteúdos – prevista nas Diretrizes do Ministério da Educação, de 2002¹⁶ – seja na organização da semestralidade, ou na distribuição dos conteúdos e na incidência das matérias básicas¹⁷, as quais não se encontram presentes em sua totalidade nos PPCs analisados. Elementar ressaltar que a previsão das matérias básicas não suprime a autonomia dos cursos e das universidades no planejamento curricular, pois se trata de um aparato político no processo de formação profissional e na tentativa de manutenção hegemônica dos pressupostos teórico-metodológicos que tomaram solidez a partir dos anos 1990, essencialmente com a Lei de Regulamentação da profissão, com o Código de Ética (1993) e com as Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996).

Destaca-se, nessa esteira, algumas *tendências* reveladas na análise do ensino dos Fundamentos do Serviço Social, sistematizados nas disciplinas elencadas no **Quadro 2**:

- a) No tocante aos Núcleos de Fundamentos, que constituem e consolidam os Fundamentos do Serviço Social, apenas 2 grupos de disciplinas¹⁸ apontadas não a compõem, o que demonstra que aproximadamente 94% das disciplinas previstas nas grades curriculares fazem menção aos elementos que assentam as bases e alicerces profissionais, seja em termos de formação, seja em termos de trabalho profissional;
- b) A relação entre profissão e realidade – que se trata de um dos expressivos ganhos das atuais Diretrizes em relação às de 1982 – é privilegiada, uma vez que está explícito o reconhecimento de que a profissão se faz *na* realidade e não *sobre* a realidade, para o qual carece de mediações que perpassam o trabalho profissional. Sua representação pode ser concretada em exemplos como “Realidade Social e questões contemporâneas”, “Análise de Conjuntura Socioeconômica”, “Teorias explicativas da Realidade”, “Formação Social e Econômica”, “Trabalho e Sociabilidade”, “Movimentos Sociais/Classes e Movimentos Sociais/Laboratório de Práticas Coletivas e Movimentos Sociais”, “Laboratório de Processos Analíticos da Realidade” e “Economia Política e Capitalismo/Configurações da Sociedade Capitalista” – relativas à apreensão da realidade e suas múltiplas interfaces que compõem a vida social, sustentadas em aparato teórico-metodológico – e “Oficina de Trabalho Profissional/Laboratório de Processos Interventivos do Serviço Social/Processos Interventivos com Sujeitos Coletivos/Processos Interventivos com Famílias”, “Gestão e Planejamento do Trabalho Profissional”, “Introdução aos Processos de Trabalho do Assistente Social/Processo de Trabalho e Serviço Social/Laboratório de Processos de Trabalho do Assistente Social” – atinentes às mediações com o trabalho profissional;
- c) A presença, na totalidade dos PPCs analisados, da disciplina “Questão Social”, o que indica o seu reconhecimento enquanto objeto profissional e elemento fundante da profissão no bojo do desenvolvimento do capitalismo monopolista, que resulta em inflexões do reordenamento das relações entre capital e trabalho, das respostas do Estado e da organização política da classe trabalhadora;
- d) A previsão, em todas as UFAs, do Estágio Supervisionado e do Trabalho de Conclusão de Curso, atividades curriculares elementares do processo de formação em Serviço Social, que permitem a aproximação do discente-estagiário/a aos espaços de inserção sócio-ocupacional do/a assistente social, mediante o acompanhamento de supervisores/as de campo e acadêmico/a, e a consolidação da síntese teórico-crítica do processo formativo, a partir de temática eleita pelo/a próprio discente;
- e) A superação, em todos os PPCs, do isolamento e da abordagem autônoma do eixo “História, Teoria e Método”, prevalecendo um novo tratamento integrado e consubstanciado na sua indispensável unidade dialética;
- f) A ausência, na UFA 2, da disciplina nominada “Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social”, sendo que nessa evidencia-se a presença das disciplinas “Teorias explicativas da realidade” e “Construção da Identidade do Assistente Social”, cujos conteúdos programáticos, entende-se, remetem ao debate sobre a particularidade do Serviço Social em âmbito histórico, teórico e metodológico. Ademais, a ausência dos conhecidos FHTMs demarca a opção política da

- universidade, ao imprimir a tentativa de ruptura com a temporalização fragmentada em décadas, tão comum nos currículos e na abordagem da disciplina;
- g) O aparecimento da nomenclatura “Processos de Trabalho do Assistente Social”, que embora assim se encontre nas Diretrizes de 1996, os debates e produções contemporâneas em âmbito profissional deram conta de reconhecer, a partir do adensamento da leitura marxiana, que os processos de trabalho são coletivos, portanto, não pertencem a uma ou outra categoria – com isso, não são dos/as assistentes sociais e tampouco esses desenvolvem o trabalho profissional de forma isolada, mas como parte de um trabalho combinado e coletivo. Nessa via, os/as profissionais assistentes sociais se inserem em processos de trabalho;
 - h) A exiguidade no trato da formação social brasileira – que aparece de forma transversal nas disciplinas, todavia de forma exígua –, em suas particularidades sociais, culturais, políticas e econômicas. É nessa via que se percebe a desaparecimento de debates como colonialidade, economia periférica, dependência, questão racial e formação do mundo do trabalho, fulcrais para assentar as bases que configuram a formação brasileira e as particularidades do diálogo entre Estado e sociedade;
 - i) A ausência do debate sobre pensamento pós-moderno e seus impactos profissionais, seja em termos de formação, ou em termos de trabalho profissional. A referência não é de menção ao conservadorismo, mas às discussões que explicitem os riscos e perigos de incorporação do pensamento pós-moderno e do ecletismo, de modo a evitar os resvalos sincréticos;
 - j) O diminuto trato ao eixo técnico-operativo na UFA 1, considerando que a disciplina “Processo de Trabalho” é a única que prevê em seu ementário o diálogo concreto com o trabalho profissional. Sem o fito de hierarquizar o operativo em detrimento do teórico, a formação teórico-metodológica prescinde da construção de mediações teórico-práticas para dar vivacidade às teorizações que, por sua natureza, constituem a base teórica sólida à luz de uma “concepção de homem e de mundo”. Pelo caráter profissional, essa base precisa ser transposta para seus processos interventivos, de modo a alcançar o miúdo do cotidiano, em sua dimensão concreta e contraditória, para não tornar a formação teoricista e deslocada de um de seus fundamentos, a realidade social.

Na direção aludida, são notórios os esforços para o abandono da concepção tricotômica entre história, teoria e método, no âmbito dos PPCs analisados. Sobretudo, o desafio impelido está na efetiva observância nos processos formativos e pedagógicos, uma vez que a previsibilidade não garante sua operacionalização, a qual, aliás, pode ratificar o pensamento formal-abstrato na formação profissional e, consecutivamente, torna-se reflexo, em termos de trabalho profissional, se a incorporação da razão crítico-dialética não ultrapassar o formalismo instrumental na captura de mediações à apreensão crítica da realidade social.

A profissão não tem o poder de revelar-se a si mesma; só pode ser desvelada no rompimento com o profissionalismo estreito e endógeno, para o amplo horizonte do movimento da sociedade da qual é parte e expressão. Imperativo, pois, compreender a profissão como um processo, ou seja, ela se transforma ao se transformarem as condições e relações nas quais se inscreve, o que aponta para a necessidade de contextualizar sempre o significado social da profissão em cada conjuntura histórica, identificando as novas mediações que operam alterações nos processos de reprodução da vida social, âmbito privilegiado do trabalho profissional, configurando um novo perfil de demandas postas à profissão e de respostas que ela constrói (ABESS/CEDEPSS, 1995, p. 15).

Fugir das amarras fragmentárias e reducionistas, – as mais descomplicadas de serem operacionalizadas porque não exigem mediações, haja vista que se sustentam em fundamentos antiontológicos – e mergulhar na dinâmica crítico-dialética dos Fundamentos do Serviço Social é tarefa constante e implica na superação (a) do *teoricismo*, entendido como a apropriação idealista do real, em que a transmissão de conteúdos teóricos bastam para o domínio de sólido referencial teórico, em face da centralidade teórica em detrimento

do seu diálogo fecundo com a realidade social; (b) das abordagens metodologistas e o privilégio do debate de instrumentos, técnicas e estratégias enquanto constitutivas da dimensão técnico-operativa, que não se basta por ela mesma, uma vez que só pode ser entendida se articulada às dimensões teórico-metodológica e ético-política; e (c) das abordagens evolucionistas, cronológicas e etapistas, restritas no predomínio do passado sobre o presente¹⁹.

O ponto cêntrico do debate sobre Fundamentos do Serviço Social está na incorporação da dinâmica dialética, própria da matriz marxiana, que não dissociabiliza História, Teoria e Método e tampouco prioriza um sobre o outro ou os fragmenta. Apenas o esforço nesse que se denomina de ponto cêntrico possibilita ultrapassar a barreira da abordagem mecanicista, idealista, estruturalista e determinista e adentrar no campo fecundo da abordagem dialética.

Notas finais de um debate inconcluso

O debate acerca dos Fundamentos do Serviço Social, indubitavelmente, permanece inconcluso. Talvez aqui resida o desafio mais robusto à profissão atualmente, uma vez que o distanciamento da apreensão dialética dos Fundamentos resulta, não somente, em equívocos teórico-conceituais, mas nas sendas que se abrem às tendências marxistas-estruturalistas, funcionalistas ou às críticas infundadas de que o marxismo “não dá conta da realidade” – típicas do pensamento pós-moderno. José Paulo Netto (2016, p. 67, grifos do autor) é categórico ao afirmar que

o neoconservadorismo próprio às posturas pós-modernas constituiu e constitui um vetor de erosão das bases do projeto ético-político e vem conferindo verniz de legitimação a concepções e práticas que, invocando este projeto, tendem efetivamente a pô-lo em questão. E, por via de consequência, não creio ser razoável [...] vislumbrar a emergência de uma inflexão na atual direção social da profissão, reversão que, a meu juízo, instaurará o quadro de uma profunda regressividade no movimento do Serviço Social no Brasil.

A articulação entre história, teoria e método permite que a profissão olhe pelo “espelho retrovisor” numa alusão contemplativa do passado e dos seus avanços, mas também possibilita que se constitua num momento necessário para situar por onde andar. Isso porque ele revela as possibilidades concretas de seguir adiante. Sobretudo, é o aceite ontológico e dialético que permite ultrapassar a contemplação, de cariz fetichizado e repetitivo, para adentrar nos fecundos desafios postos pelo tempo presente, sem negar-lhe as disputas imersas nesse contexto – teóricas e de projetos –, mas asseverando o gozo de sua hegemonia, pelo menos no campo acadêmico-profissional.

Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL (ABEPSS). **Proposta Básica para o Projeto de Formação Profissional**. Recife: ABESS/CEDEPSS, 1995.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL (ABEPSS). **Diretrizes gerais para o Curso de Serviço Social** (Com base no Currículo Mínimo aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 8 de novembro de 1996). Rio de Janeiro, 1996. Disponível em: http://www.abepss.org.br/files/Lei_de_Diretrizes_Curriculares_1996.pdf. Acesso em: 27 jul. 2019. https://doi.org/10.26512/ser_social.v14i30.12988

CARDOSO, Franci Gomes. Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social: tendências quanto à concepção e organização de conteúdos na implementação das diretrizes curriculares. **Temporalis**, Brasília, ano VII, n. 14, p.31-53, jul.-dez. 2007.

GOIN, M. **Fundamentos do Serviço Social na América Latina e no Caribe**: conceituação, condicionantes sócio-históricos e particularidades profissionais. Campinas/SP: Papel Social, 2019.

IAMAMOTO, Marilda Vilella. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social**: ensaios críticos. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

IAMAMOTO, Marilda Vilella; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 25. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

IAMAMOTO, Marilda Vilella. A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 120, p. 609-639, out./dez. 2014. <https://doi.org/10.1590/0101-6628.001>

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Sinopse estatística da educação superior**: graduação. Brasília, 2017. Disponível em: <http://inep.gov.br/censo-da-educacao-superior>. Acesso em: 25 set. 2019. <https://doi.org/10.1590/s1413-24782008000200007>

MOTA, Ana Elizabete. 80 anos do Serviço Social brasileiro: conquistas históricas e desafios na atual conjuntura. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 128, p. 39-53, jan./abr. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n128/0101-6628-sssoc-128-0039.pdf>. Acesso em: 01 set. 2019. <https://doi.org/10.1590/0101-6628.092>

NETTO, José Paulo. Para uma história nova do Serviço Social no Brasil. In: SILVA, Maria Liduína de Oliveira (org.). **Serviço Social no Brasil**: história de resistências e de ruptura com o conservadorismo. São Paulo: Cortez, 2016. <https://doi.org/10.1590/0101-6628.080>

SIMIONATTO, Ivete. Fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social. **Temporalis**, Brasília, ano IV, n. 8, p. 31-42, jul.-dez. 2004.

YAZBEK, Maria Carmelita. Fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social. In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS); Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS). **Serviço Social**: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. p. 143-163. <https://doi.org/10.1590/0101-6628.140>

YAZBEK, Maria Carmelita. Fundamentos Históricos e Teórico-metodológicos e as tendências contemporâneas no Serviço Social. In: GUERRA, Yolanda *et al.* **Serviço Social e seus fundamentos**: conhecimento e crítica. Campinas/SP: Papel Social, 2018. p. 47-84. <https://doi.org/10.20396/sss.v9i2.8634892>

Notas

¹ Articula conhecimentos que possibilitam a apreensão do ser social enquanto totalidade histórica, de modo a situar historicamente o processo de constituição e desenvolvimento do modo de produção capitalista. Ao abordar as teorias modernas e contemporâneas, fornece os componentes que serão particularizados nos demais núcleos de fundamentos.

² Articula conhecimentos relativos às particularidades da formação social brasileira, de modo a explicitar suas características econômicas, políticas, sociais e culturais, orientada pelas faces agrária e urbana.

³ Articula conhecimentos para subsidiar o trabalho profissional competente, ético e crítico, fundamentado a profissão como especialização do trabalho coletivo, partícipe de processos de trabalho, que atrela à sua dimensão técnico-operativa a intelectual e ontológica, teórica e politicamente referenciada.

⁴ A definição pelas regiões foi intencional, na medida em que elas estabelecem vínculos medulares com a autora, seja em termos de formação, seja em termos de trabalho profissional – nesse último, a docência.

⁵ A definição da amostra deu-se a partir das instituições mais antigas de cada região, com ampla trajetória na formação graduada e pós-graduada. Em face de uma das regiões a universidade mais antiga distanciar-se do critério estabelecido, optou-se pela segunda universidade mais antiga. Por isso, de modo a evitar a exposição das universidades pesquisadas – embora não haja prejuízo, em termos éticos, no caso de uma possível identificação –, serão identificadas nessa produção como Unidade de Formação Acadêmica 1 (UFA 1), Unidade de Formação Acadêmica 2 (UFA 2) e Unidade de Formação Acadêmica 3 (UFA 3).

⁶ O pós-doutoramento foi realizado na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP), sob supervisão da Professora Dra. Maria Carmelita Yazbek, e contou com Bolsa CAPES, fruto do “Prêmio CAPES de Teses, Edição 2017”, na área “Serviço Social”.

⁷ Em caráter complementar, vale lembrar que as teorias sociais constituem matriz explicativa da realidade de forma totalizante, que incorpora a dimensão filosófica e permite a profissão fazer o movimento de desocultamento da realidade. Cada teoria tem um método de abordar a realidade e de explicar o ser social burguês, em seu processo de constituição e reprodução. A teoria social, assim, é um constructo intelectual e proporciona explicações aproximadas da realidade, cujo padrão de elaboração é o método.

⁸ Destaca-se que aqui não estão reportados os números de polos que ofertam Serviço Social na modalidade à distância, mas de instituições no Brasil.

⁹ 26 estados e o Distrito Federal.

¹⁰ Pressupõe o uso de soluções inovadoras no trato com os “problemas sociais”. Trata-se, todavia, de uma reedição dos clássicos problemas de caráter funcionalista, associado ao uso de ideias criativas à sua solução.

¹¹ Indispensável registrar que as UFAs 2 e 3 encontram-se em processo de revisão curricular, sendo seus PPCs datados de 2008 e 2009, respectivamente. A UFA 1 tem seu PPC vigente datado de 2011.

- ¹² A disciplina relativa à trabalho foi inserida na “Questão Social e Serviço Social”, por trata-se do eixo central “Questão Social”.
- ¹³ Embora entenda-se que os processos de trabalho são coletivos e não do profissional, a indicação exposta trata-se da nomenclatura adotada no Projeto Pedagógico do Curso (PPC).
- ¹⁴ Idem nota anterior.
- ¹⁵ A UFA 1 associa a oferta de 140 créditos de disciplinas obrigatórias, o que corresponde a 70% dos créditos (2100 horas) para integralização do curso, a outros 60 na modalidade optativa (900 horas), das quais 24 créditos (360 horas) são de módulo livre – disciplinas de módulo livre são aquelas que podem ser cursadas em qualquer departamento da universidade, sem necessidade de estarem previstas no Projeto Pedagógico do Curso em formação.
- ¹⁶ As Diretrizes do Conselho Nacional de Educação (CNE), de 2002, esvazia o conteúdo político imerso das Diretrizes da ABEPSS, as quais assentam o direcionamento ético e político da formação profissional.
- ¹⁷ Indicadas no item 3.2 das Diretrizes da ABEPSS, as matérias básicas Sociologia, Ciência Política, Economia Política, Filosofia, Psicologia, Antropologia, Formação Sócio-Histórica do Brasil, Direito, Política Social, Acumulação Capitalista e Desigualdades Sociais, Fundamentos Históricos e Teórico-Methodológicos do Serviço Social, Processos de Trabalho do Serviço Social, Administração e Planejamento em Serviço Social, Pesquisa em Serviço Social e Ética Profissional podem ser tratadas em disciplinas, seminários temáticos, oficinas/laboratórios e atividades complementares (monitorias, pesquisa, extensão, seminários, etc.), os quais são considerados componentes curriculares e mecanismos formativos (ABEPSS, 1996).
- ¹⁸ “Introdução ao Pensamento Teológico/Cultura Religiosa” – em que pese a herança institucional, que a institui enquanto disciplina obrigatória, independentemente da área ou curso de formação em nível graduado – e “Empreendedorismo e Responsabilidade Social”.
- ¹⁹ Como lembra Netto (2016), a defesa do projeto ético-político não se basta pela mera reiteração e retórica. É preciso investir na pesquisa e na elaboração de uma nova história, uma vez que as condições que gestaram e constituíram o conhecido Projeto ético-político não são as mesmas da virada do Século. Há que debruçar no estudo dos rebatimentos dessas mudanças na profissão e de modo a profissão processuais impactos.

Recebido em: 11/10/2019

Aprovado em: 08/11/2019.

Publicado em: 30/01/2020.

Correspondência para:

Universidade de Brasília (UnB)
Instituto de Ciências Humanas, Departamento de Serviço Social
Campus Universitário Darcy Ribeiro – Asa Norte
70910-900, Brasília, DF, Brasil

Autora:

MARILEIA GOIN

Assistente Social pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (2006). Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Catarina (2008). Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS, 2016). Pós-Doutora pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP, 2019). Docente do Curso de Serviço Social da Universidade de Brasília (UnB).

Orcid: <http://orcid.org/0000-0003-4859-3098>

E-mail: mari.goin@hotmail.com